

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Conselho Nacional de Justiça

primeiro trimestre de 2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	109.066.961,62	91.491.441,29	PASSIVO CIRCULANTE	146.920.673,44	145.799.368,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	90.527.766,51	77.781.599,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	96.152,39	213.557,23
Créditos a Curto Prazo	12.630.575,16	10.344.110,99	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	12.630.575,16	10.344.110,99	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.192.401,64	3.279,95
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	343.786,36	352.725,42	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	5.564.833,59	3.013.005,20	Demais Obrigações a Curto Prazo	144.632.119,41	145.582.531,18
ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.564.797,59	45.664.912,88	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	146.920.673,44	145.799.368,36
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2023	2022
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	39.254.589,28	39.723.588,06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	24.046.627,69	24.496.865,86	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	60.443.442,80	59.745.536,56	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-36.396.815,11	-35.248.670,70	Resultados Acumulados	6.711.085,77	-8.643.014,19
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	15.364.885,66	-5.384.815,48
Bens Imóveis	15.207.961,59	15.226.722,20	Resultados de Exercícios Anteriores	-8.643.014,19	-3.128.600,17
Bens Imóveis	15.624.918,61	15.624.918,61	Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.785,70	-129.598,54
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-416.957,02	-398.196,41	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.711.085,77	-8.643.014,19
Intangível	5.310.208,31	5.941.324,82			
Softwares	5.310.208,31	5.941.324,82			
Softwares	17.317.450,75	17.317.450,75			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-12.007.242,44	-11.376.125,93			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	153.631.759,21	137.156.354,17	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.631.759,21	137.156.354,17

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	90.527.766,51	77.781.599,68	PASSIVO FINANCEIRO	143.241.754,41	8.695.249,63
ATIVO PERMANENTE	63.103.992,70	59.374.754,49	PASSIVO PERMANENTE	144.456.403,33	145.173.808,39
SALDO PATRIMONIAL	134.066.398,53	16.712.703,85			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	9.598.850,15	11.345.071,25	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	167.652.103,67	191.191.800,58
Atos Potenciais Ativos	9.598.850,15	11.345.071,25	Atos Potenciais Passivos	167.652.103,67	191.191.800,58
Garantias e Contragarantias Recebidas	9.448.666,81	11.194.887,91	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	150.183,34	150.183,34	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	978.300,26	1.008.819,83
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	166.673.803,41	190.182.980,75
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	9.598.850,15	11.345.071,25	TOTAL	167.652.103,67	191.191.800,58

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-53.941.526,32
Recursos Vinculados	1.227.538,42
Seguridade Social (Exceto Previdência)	254.364,36
Previdência Social (RPPS)	14.387,48
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	958.786,58
TOTAL	-52.713.987,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	186.341.450,51	175.282.587,88
Ordinárias	-	-	Ordinárias	186.293.450,51	171.745.387,88
Vinculadas	-	-	Vinculadas	48.000,00	3.537.200,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	3.500.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	48.000,00	37.200,00
Transferências Financeiras Recebidas	64.527.313,88	57.065.813,63	Transferências Financeiras Concedidas	445.048,90	364.887,20
Resultantes da Execução Orçamentária	64.527.313,88	57.049.015,71	Resultantes da Execução Orçamentária	300.510,01	274.824,88
Cota Recebida	64.450.000,00	57.049.015,71	Repasse Concedido	300.510,01	265.972,82
Repasse Recebido	77.313,88	-	Cota Devolvida	-	8.852,06
Independentes da Execução Orçamentária	-	16.797,92	Independentes da Execução Orçamentária	144.538,89	90.062,32
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	16.797,92	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	25.979,83
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	144.538,89	64.082,49
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	142.133.976,60	138.533.163,90	Pagamentos Extraorçamentários	7.128.624,24	2.533.700,19
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.423.110,83	628.718,02	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	591.400,69	27.329,30
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	137.981.410,96	137.757.540,02	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.959.307,63	2.429.370,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.577.915,92	95.621,29	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.577.915,92	76.999,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários	151.538,89	51.284,57	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	7.000,00	4.000,00			
Arrecadação de Outra Unidade	144.538,89	47.284,57			
Saldo do Exercício Anterior	77.781.599,68	76.696.372,68	Saldo para o Exercício Seguinte	90.527.766,51	94.114.174,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.781.599,68	76.696.372,68	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.527.766,51	94.114.174,94
TOTAL	284.442.890,16	272.295.350,21	TOTAL	284.442.890,16	272.295.350,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/04/2023 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	186.341.450,51	186.341.450,51
TOTAL	-	-	186.341.450,51	186.341.450,51
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	245.670.542,00	245.670.542,00	186.282.210,51	48.326.949,55	45.903.838,72	59.388.331,49
Pessoal e Encargos Sociais	99.470.023,00	99.470.023,00	83.629.500,00	23.180.793,14	23.122.543,20	15.840.523,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	146.200.519,00	146.200.519,00	102.652.710,51	25.146.156,41	22.781.295,52	43.547.808,49
DESPESAS DE CAPITAL	9.581.087,00	9.581.087,00	59.240,00	33.090,00	33.090,00	9.521.847,00
Investimentos	9.581.087,00	9.581.087,00	59.240,00	33.090,00	33.090,00	9.521.847,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	255.251.629,00	255.251.629,00	186.341.450,51	48.360.039,55	45.936.928,72	68.910.178,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	255.251.629,00	255.251.629,00	186.341.450,51	48.360.039,55	45.936.928,72	68.910.178,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

EMISSÃO 24/04/2023 PÁGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	255.251.629,00	255.251.629,00	186.341.450,51	48.360.039,55	45.936.928,72	68.910.178,49

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	80.734,26	7.136.985,99	4.128.835,25	4.128.835,25	295.607,58	2.793.277,42
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.097.983,66	179.469,44	179.469,44	-	918.514,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	80.734,26	6.039.002,33	3.949.365,81	3.949.365,81	295.607,58	1.874.763,20
DESPESAS DE CAPITAL	-	851.969,41	830.472,38	830.472,38	18.701,11	2.795,92
Investimentos	-	851.969,41	830.472,38	830.472,38	18.701,11	2.795,92
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	80.734,26	7.988.955,40	4.959.307,63	4.959.307,63	314.308,69	2.796.073,34

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	610.909,58	591.400,69	-	19.508,89
Pessoal e Encargos Sociais	-	57.566,24	57.566,10	-	0,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	553.343,34	533.834,59	-	19.508,75
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	610.909,58	591.400,69	-	19.508,89



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMIÇÃO 24/04/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.609.729,21	17.653.694,65
INGRESSOS	66.249.768,69	57.208.719,49
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	66.249.768,69	57.208.719,49
Ingressos Extraorçamentários	1.577.915,92	95.621,29
Transferências Financeiras Recebidas	64.527.313,88	57.065.813,63
Arrecadação de Outra Unidade	144.538,89	47.284,57
DESEMBOLSOS	-52.640.039,48	-39.555.024,84
Pessoal e Demais Despesas	-48.085.722,93	-36.487.943,90
Legislativo	-	-
Judiciário	-48.082.228,99	-36.482.918,40
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-10.493,94	-9.025,50
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

	2023	2022
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	7.000,00	4.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-2.531.351,73	-2.625.193,79
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-2.531.351,73	-2.625.193,79
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.022.964,82	-441.887,15
Dispêndios Extraorçamentários	-1.577.915,92	-76.999,95
Transferências Financeiras Concedidas	-445.048,90	-364.887,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-863.562,38	-235.892,39
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-863.562,38	-235.892,39
Aquisição de Ativo Não Circulante	-863.562,38	-235.892,39
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.746.166,83	17.417.802,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	77.781.599,68	76.696.372,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	90.527.766,51	94.114.174,94



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO MAR (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/04/2023 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-3.128.600,17	-	-	-3.128.600,17
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-129.598,54	-	-	-129.598,54
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-5.384.815,48	-	-	-5.384.815,48
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-8.643.014,19	-	-	-8.643.014,19

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	-8.643.014,19	-	-	-8.643.014,19
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-5.437,68	-	-	-5.437,68
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-5.348,02	-	-	-5.348,02
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	15.364.885,66	-	-	15.364.885,66
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	-	6.711.085,77	-	-	6.711.085,77



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	65.575.958,23	57.474.381,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	64.530.909,33	57.082.072,33
Transferências Intragovernamentais	64.527.313,88	57.065.813,63
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.595,45	16.258,70
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	900.510,01	345.024,38
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	300.510,01	287.617,09
Ganhos com Desincorporação de Passivos	600.000,00	57.407,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	144.538,89	47.284,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2023	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	144.538,89	47.284,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	50.211.072,57	40.882.077,13
Pessoal e Encargos	22.928.178,08	22.132.959,79
Remuneração a Pessoal	18.237.546,46	17.662.825,48
Encargos Patronais	2.831.414,85	2.820.851,84
Benefícios a Pessoal	1.674.768,66	1.489.045,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	184.448,11	160.236,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	849.724,39	733.483,27
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	10.493,94	9.025,50
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	839.230,45	724.457,77
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.934.288,47	15.691.010,69
Uso de Material de Consumo	97.116,65	94.725,50
Serviços	23.896.909,11	13.576.670,15
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.940.262,71	2.019.615,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	264,32	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	264,32	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	464.449,52	1.859.526,66
Transferências Intragovernamentais	445.048,90	364.887,20
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	19.400,62	1.494.639,46
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	902,17	410.100,29
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	600,09	1,61
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	302,08	410.098,68



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Tributárias	14.873,75	8.956,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.434,00	3.964,06
Contribuições	7.439,75	4.992,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.391,87	46.039,75
Premiações	712,00	980,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	17.679,87	45.059,75
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15.364.885,66	16.592.304,15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Conselho Nacional de Justiça

2023



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Sumário

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	4
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis	4
Políticas Contábeis.....	4
Mensuração de Ativos	5
Mensuração de Passivos	10
Notas Explicativas.....	11
NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	11
Variações patrimoniais aumentativas	12
Variações patrimoniais diminutivas	13
NOTA II – Análise Patrimonial	16
Ativo.....	17
Passivo.....	20



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ.....	22
NOTA IV – Restos a Pagar.....	27
.....	28
Pessoal e Encargos Sociais.....	28
Outras Despesas Correntes.....	28
Investimentos	28
NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED	29
Créditos Concedidos.....	29
Créditos Recebidos.....	31



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DC's) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, da Lei 6.404/1976 e do Decreto 93.872/1986. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – **NBC TSP** – emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das orientações apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição. As DC's foram extraídas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis em nível de Órgão Superior (17000). Os demonstrativos analisados foram: **Balanco Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanco Orçamentário; Balanco Financeiro; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Fluxo de Caixa.**

Políticas Contábeis

O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Setor Público cuja missão é promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciais e do controle da atuação administrativa e financeira. Assim, as políticas contábeis adotadas levam em consideração a natureza de suas operações, ou seja, não lucrativas e com fim de desenvolver a sociedade através da modernização da atuação do Poder Judiciário. A natureza constitucional do CNJ reflete na forma como os



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

ativos e passivos são mensurados e reconhecidos bem como não constituição de estimativas para incertezas pelos pressupostos de longevidade do órgão.

Mensuração de Ativos

Caixa e equivalente caixa

O CNJ não possui receitas próprias, seu caixa é formado por recursos do Tesouro na Conta Única em moeda nacional (Real) depositada no Banco Central do Brasil (art. 164, §3º da Constituição Federal). Os valores são mensurados pelo valor histórico. Uma ínfima arrecadação, via depósito em conta separada da Conta Única, ocorre nos casos de garantia contratuais do tipo caução. Para este caso, a atualização ocorre quando da devolução do recurso.

Créditos a receber de curto prazo

Compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal (vencimento e suprimento de fundos) e adiantamentos concedidos a outros órgãos via Termo de Execução Descentralizada. São mensurados e avaliados pelo valor original da transação.

Estoques



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Os estoques do CNJ são compostos de materiais para consumo, manutenção e expediente no funcionamento geral do próprio ente. Em conta separada, estão alocados estoque de matérias para doação. Em ambos os casos, os estoques são avaliados pela regra contida na NBCTSP04: método do custo de aquisição que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis no Fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos. Quanto ao critério de saída, os estoques são baixados na saída, pelo custo médio ponderado segundo art. 106 da Lei nº 4.320/1964. Não há ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados são para uso interno do CNJ e não histórico de perdas que ensejem a necessidade de constituir provisão.

Despesas Pagas Antecipadamente

São pagamentos antecipados de serviços cuja apropriação no resultado da despesa ocorre pelo fato gerador segundo o Regime de Competência. Os valores são inicialmente registrados pelo custo e baixados proporcionalmente ao tempo contratado.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os itens do imobilizados do CNJ são para uso das atividades do próprio órgão e não para gerarem caixa. É reconhecido inicialmente com base no valor do custo de aquisição, construção ou produção conforme a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação

O CNJ adota as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações principalmente em relação às regras de cálculo da vida útil, valor residual e cota de depreciação:

Conta	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

12311.01.18 - EQUIPAMENTO DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	10 ¹	10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
12311.01.25 - OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0% ²
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	0	0%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.03 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%

¹ A vida útil da conta 12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO foi erroneamente cadastrada em 10 anos, quando deveria ser de 20 anos. O ajuste no sistema está em processamento pelo setor responsável.

² O valor residual da conta 12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS passou a ser de 10% ao invés de zero. O ajuste no sistema também está sendo processado pelo setor responsável.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%
---	----	-----

O CNJ também possui Bens Móveis destinados exclusivamente para doação (12311.99.01 - Bens móveis a alienar), os quais não depreciam e estão avaliados pelo valor de custo de aquisição.

O Sistema Patrimonial (GEAFIN) emite relatório com as depreciações mensais utilizando o método das cotas constantes e a Seção de Contabilidade realiza o lançamento no SIAFI mensalmente, pois os sistemas não são interligados.

A depreciação de bens imóveis fica a cargo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério da Economia. O cálculo das cotas é feito por meio do Sistema SPIU-Net e lançado no SIAFI pela Coordenadoria de Contabilidade da União automaticamente todos os meses.

Ao final das Notas Explicativas, consta anexo contendo lista sintética por conta de bens móveis contendo o resumo das movimentações no período analisado.

Intangíveis

Os intangíveis do CNJ são formados pela aquisição de softwares e são reconhecidos pelo Modelo do Custo conforme NBC TSP08 – Ativos Intangíveis. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é subtraído da amortização.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

A vida útil atribuída a todos os softwares é de 5 (cinco) anos. A revisão junto aos administradores dos softwares quanto à análise seu potencial em gerar benefícios bem como revisão de vida útil é questionada a cada 5 anos ou ainda pode ser solicitada pelos administradores dos sistemas sempre que surgirem fatos novos que ensejam a revisão (de valor e/ou vida útil).

O CNJ não possui software classificado como vida útil indefinida.

Mensalmente, o sistema patrimonial do CNJ emite relatório com a cota de amortização com a seguinte regra de cálculo:

COTA DE AMORTIZAÇÃO MENSAL = [(CUSTO DE AQUISIÇÃO – VALOR RESIDUAL) / VIDA ÚTIL*]/12

** Via de regra, a vida útil é de 5 anos e o valor residual é zero.*

Mensuração de Passivos

Compreendem as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações. As obrigações por competência decorrentes de benefícios a servidores (13º salário, férias e outros) também são evidenciadas. Os valores são mensurados pelo custo histórico.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Notas Explicativas

NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade. No sentido oposto, as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's correspondem a uma diminuição. A análise de VPA's e VPD's compara os saldos contabilizados de **janeiro a março de 2022 com os de janeiro a março de 2023**.

O quadro abaixo mostra, de forma resumida, o balanceamento dos saldos apresentados no CNJ no primeiro trimestre de 2023 comparado ao mesmo período de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – RESUMIDA			
	2023	2022	Análise Horizontal (2023 x 2022)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	65.575.958,23	57.474.381,28	14,10%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	50.211.072,57	40.882.077,13	22,82%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15.364.885,66	16.592.304,15	-7,40%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Variações patrimoniais aumentativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2023	2022	Análise Horizontal (2023 x 2022)	Análise Vertical (2023)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	65.575.958,23	57.474.381,28	14,10%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	64.530.909,33	57.082.072,33	13,05%	98,41%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	900.510,01	345.024,38	161,00%	1,37%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	144.538,89	47.284,57	205,68%	0,22%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web

As três principais contas das VPA's, conforme o quadro acima, são: Transferências e Delegações Recebidas, Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Transferências e Delegações Recebidas representa 98,41% das VPA's, totalizando R\$ 65 milhões. Esta conta abarca as cotas financeiras recebidas do Tesouro Nacional e depositadas na Conta Única para tornar possível a execução do cronograma anual de desembolso de por parte do CNJ.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, apesar de representar ínfima parte do total das VPA's, apresentou um crescimento de 116% em relação a 2022. Essa conta reflete valores transferidos pelo CNJ a outros órgãos federais via Termo de Execução Descentralizada (TED), que será tratado em tópico específico. Houve Ganho com a Desincorporação de Passivo pois dois TED's de R\$ 300 mil cada foram baixados em razão do não prosseguimento de execução dos Termos. Assim, pela não existência de um passivo de R\$ 600 mil.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, também é pequena considerando o total das VPA's, mas teve variação de 205,68%. A conta reúne valores como multas administrativas recebidas de contratos vigentes, indenizações e restituições diversas. O aumento em relação ao ano anterior ocorreu em razão de valor aplicado em multa contratual em 2023 (R\$ 128 mil).

Variações patrimoniais diminutivas

	2023	2022	Análise Horizontal (2023 x 2022)	Análise Vertical (2023)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	50.211.072,57	40.882.077,13	22,82%	100,00%
Pessoal e Encargos	22.928.178,08	22.132.959,79	3,59%	45,66%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	849.724,39	733.483,27	15,85%	1,69%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.934.288,47	15.691.010,69	65,28%	51,65%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	264,32	-	-	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	464.449,52	1.859.526,66	-75,02%	0,92%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	902,17	410.100,29	-99,78%	0,00%
Tributárias	14.873,75	8.956,68	66,06%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.391,87	46.039,75	-60,05%	0,04%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web

Em termos de participação total nas VPD's, têm-se os valores pagos com Pessoal e Encargos (45,66%) e Uso de Bens, Serviços e Consumo (51,65%). Mas embora sejam os maiores em valores, ao observar o parâmetro de variação de 2022 para 2023, as principais contas que tiveram mudança de montante foram: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos; Transferências e delegações concedidas; Tributárias; Uso de Bens, Serviços e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos em 2022 apresenta uma queda em quase cem por cento pois, no primeiro trimestre de 2022, houve contabilização de prestação de contas no valor de R\$ 300 mil referente ao TED celebrado com a Polícia Federal, por intermédio da Academia Nacional de Polícia - ANP, cujo objeto era a Realização do I Curso de Formação em Polícia Judicial. Em 2022 também, no mesmo período, houve baixa de ativo no valor de R\$ 107 mil referente a ajuste de bens



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

móveis (modificação de divisórias). Os movimentos em 2022 fizeram com que as pequenas movimentações em 2023 resultassem em uma queda expressiva.

Transferências e Delegações Concedidas apresentou queda de 75,02%. Essa conta evidencia os repasses financeiros que o CNJ faz a outros órgãos federais via acordo ou TED. Também apresenta as doações de bens móveis. Portanto, a variação do período se deve à significativa redução de transferências dessa natureza durante o período analisado. De janeiro a março de 2022, foram doados cerca de R\$ 1,4 milhões em kit's biométricos para modernização do Poder Judiciário e Secretarias Estaduais de Justiça como parte da Ação de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade. As doações foram concluídas no início de 2022. Em 2023, não ocorreram doações de bens, mas repasses financeiros acordados em TED's no valor de R\$ 300 mil. Outros R\$ 100 mil são relativos ao recolhimento aos cofres públicos de multa retida em contrato de serviço.

Uso de Bens, Serviços abrange serviços de manutenção das atividades administrativas e finalísticas do CNJ, tais como: locação predial; seguros; serviços gráficos; de transporte; apoio administrativo e técnico. Em sua maioria, as despesas desse tipo ficaram ou mais caras ou houve aumento da demanda, assim, todas cresceram. Ademais, serviços de subscrição de licença de software e de computação em nuvem também são enquadradas nesta conta. Reajuste contratuais em serviços que demandam mão de obra (secretariado; vigilância) também impactam no crescimento financeiro do gasto.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas apesar de não ser uma conta muito representativa dentro do conjunto de VPD's, a diminuição no pagamento a título de ressarcimentos a servidores (ajuda de custos; uso de telefones; ressarcimentos de deslocamento) durante o período analisado, fez com que essa conta apresentasse uma variação de – 60,05% de um ano para outro.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA II – Análise Patrimonial

Balço Patrimonial				
Ativo				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2023
ATIVO CIRCULANTE	109.066.961,62	91.491.441,29	19,21%	70,99%
Caixa e Equivalentes de Caixa	90.527.766,51	77.781.599,68	16,39%	58,93%
Créditos a Curto Prazo	12.630.575,16	10.344.110,99	22,10%	8,22%
Estoques	343.786,36	352.725,42	-2,53%	0,22%
VPDs Pagas Antecipadamente	5.564.833,59	3.013.005,20	84,69%	3,62%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.564.797,59	45.664.912,88	-2,41%	29,01%
Imobilizado	39.254.589,28	39.723.588,06	-1,18%	25,55%
Intangível	5.310.208,31	5.941.324,82	-10,62%	3,46%
TOTAL DO ATIVO	153.631.759,21	137.156.354,17	12,01%	
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2023
PASSIVO CIRCULANTE	146.920.673,44	145.799.368,36	1%	96%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar	96.152,39	213.557,23	-55%	0%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Fornecedores e Contas a Pagar	2.192.401,64	3.279,95	66743%	1%
Demais Obrigações a Curto Prazo	144.632.119,41	145.582.531,18	-1%	94%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	146.920.673,44	145.799.368,36	1%	96%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2023
Resultados Acumulados	6.711.085,77	-8.643.014,19	-177,65%	4,37%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.711.085,77	-8.643.014,19	-177,65%	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	153.631.759,21	137.156.354,17	12,01%	

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contém o saldo em caixa na Conta Única da União com o somatório dos valores em caixa e em depósitos bancários disponíveis, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. O CNJ não gera receita diretamente, as receitas que suportam as despesas são oriundas de cotas repassadas pelo Tesouro Nacional. O saldo em Caixa se refere aos valores não utilizados até o momento.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos a curto prazo

Compreende os valores a receber decorrentes dos adiantamentos a pessoal. Os adiantamentos referem-se à antecipação de salários, adiantamentos de 13º e adiantamento de férias e outros tipos de adiantamentos. Porém, 82% dessa conta se refere a repasses de recursos financeiros via TED. Esses repasses aparecem no Ativo quando da concessão da programação financeira ao órgão descentralizado e somente serão baixados do Ativo no momento da prestação de contas pela descentralizada à descentralizadora.

Estoques

A conta de estoques não só abrange o estoque interno do CNJ, como também recebe valores do projeto de cooperação técnica internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o CNJ, para realização de coleta de informações biométricas para identificação civil das pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, para a consecução dos objetivos pretendidos no projeto, o PNUD, organismo internacional cooperante, promoveu a aquisição de kits biométricos (aumentando a conta de estoque do CNJ) que foram transferidos ao CNJ para posterior doação aos tribunais regionais e justiça federal (reduzindo a conta de estoque do CNJ). No atual Trimestre, a conta apresenta baixa variação devido a manutenção de baixo consumo de bens do almoxarifado interno em geral.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

VPDs Pagas Antecipadamente

Trata-se de pagamentos antecipados cuja apropriação da despesa ocorre pelo fato gerador. Aqui, o CNJ emprega recursos para **assinatura de jornais, seguro da frota e direitos de uso de software** por tempo determinado quando há pagamento de todo direito de uso de forma antecipada. Com o passar do tempo, o uso do serviço contratado vai sendo levado ao resultado e a conta de pagamento antecipado vai sendo reduzida. Essa conta apresenta um aumento de 84,7%, parte dessa variação se deve à aquisição da subscrição Elastic Cloud Enterprise e de Licenças para produtos VMWARE.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Assim, apresenta o valor líquido entre as aquisições de softwares e suas correspondentes amortizações. Consta uma diminuição de 10,6% em relação ao ano anterior decorrente da amortização e baixa de softwares com vida útil expirada. A variação é composta pela: soma da aquisição de novas licenças; redução pela apropriação das amortizações mensais e baixas de softwares cuja vida útil foi finalizada.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Passivo

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais e outros com vencimento no curto prazo. Apresenta uma variação negativa de 55% em relação ao ano anterior. Essa variação se deve, em especial, à baixa mensal de saldo nas contas de 13 salário e férias a pagar, conforme orientação do Manual SIAFI - Macrofunção 0211142, que determina o confrontamento mensal dos saldos das contas 11311.01.02 ADIANTAMENTO DE FÉRIAS (ativo) e 21111.01.03 FÉRIAS A PAGAR (passivo), para a realização da baixa do menor dos dois. Parte da queda em 55% ocorreu pois, de janeiro a março de 2023, o saldo do Passivo foi menor do que o do Ativo, sendo aquele baixado nos ajustes mensais em detrimento deste último.

Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores a curto prazo decorrente de serviços contratados e aquisições. A variação significativa (66743%) deve-se, principalmente, à contratação de Solução de Computação em Nuvem liquidado em março, mas pago em abril.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores. Aqui consta quase a totalidade do passivo circulante e cerca de 94% do total do passivo. Desse total, 99,8% refere-se a transferências financeiras a comprovar via TED, ou seja, transferências recebidas pelo CNJ para Prestação de contas ao ente descentralizador do recurso após a devida execução. Quando a prestação de contas, o valor é baixado do passivo.

Patrimônio líquido

O Resultado do Exercício de 2023 foi superavitário em R\$ 15,3 milhões - resultado da ponderação entre Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) entre os meses de janeiro e março. Somando-se ao Ajuste de Exercícios Anteriores, negativo em R\$ 10 mil, que abriga o reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores e ainda o Resultados de Exercícios Anteriores (R\$ 8,6 milhões negativos) tem-se o Resultado Acumulado de R\$ 6,7 milhões.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

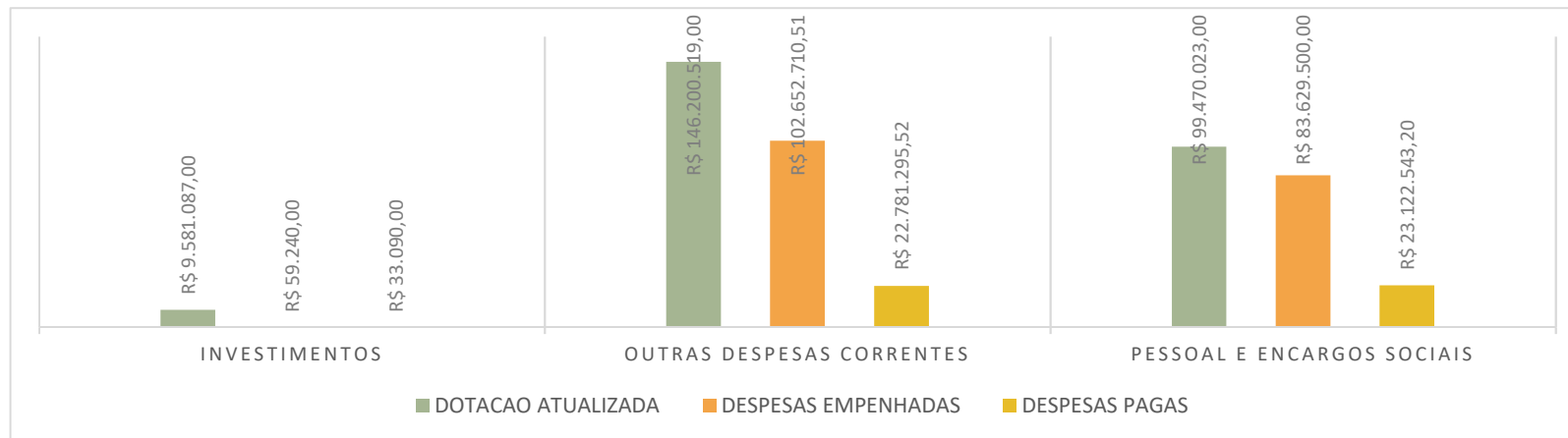
DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ

A Dotação Atualizada do CNJ para o ano de 2023 é de R\$ 255 milhões de reais distribuídos entre os três grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais (39%), Outras Despesas Correntes (57%) e Investimentos (4%). A execução de despesa deste e do **orçamento do CNJ** recebido na LOA 2023 está como consta no gráfico:



Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi-Web



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a cargos e funções, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza. Os elementos mais relevantes do orçamento são: Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações Patronais – R\$ 79,7 milhões juntos. Da dotação total, R\$ 99,5 milhões, 23% foi pago até o primeiro trimestre de 2023.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Possui uma significativa alocação dos recursos do CNJ, pois abrange despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, auxílio-alimentação, auxílio-transporte.

A Tabela abaixo que mostra os elementos de despesa mais significativos desse grupo:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Elementos de Despesa mais Significativos no Grupo “Outras Despesas Correntes”

ELEMENTOS DE DESPESA	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	48.135.141,34	32.615.753,53	10.894.325,35
Locação de mão-de-obra	37.442.196,55	32.722.093,97	4.829.666,76
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	16.699.761,43	14.602.851,32	2.376.731,38
Indenizações e Restituições	6.395.927,08	6.389.028,32	926.337,93
Demais elementos	37.527.492,60	16.322.983,37	3.754.234,10
TOTAL	146.200.519,00	102.652.710,51	22.781.295,52

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Locação de Mão de Obra

Abrange despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como limpeza, apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância ostensiva, limpeza e conservação das dependências, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de copa, cozinha e incêndio... ou seja, serviços para os quais não há previsão no quadro de carreira de servidores do órgão e que, portanto, precisam ser contratados à parte, mas sem que se refira à substituição de servidor.

Por se tratarem de contratos contínuos e de pagamento mensal, é comum que o empenho seja para o exercício inteiro, por isso, 68% da dotação já está empenhada, mas apenas o proporcional a três meses foi pago (R\$ 4,8 milhões).

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

São despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC e outros. A tendência do mercado é que os gastos com softwares migrem do modo de aquisição de licença perpétua (Investimento) para o modo de subscrição de uso (aluguel - Despesas Correntes).

O elemento representa 31,8% (R\$ 32,6 milhões) do empenho total do Grupo de Despesa. Desse valor, R\$ 10,9 milhões foram liquidados e pagos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Outros Serviços de Terceiros

São despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas não classificadas em outros elementos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis etc.

O elemento representa 44% (R\$ 14,6 milhões) do empenho total do Grupo de Despesa. Desse valor, R\$ 2,4 milhões foram pagos.

Indenizações e Restituições

Constituem ressarcimentos diversos, tais como ajuda de custo; uso de telefone; despesas com deslocamento. A despesa mais significativa é o ressarcimento com assistência médica (empenho anual de R\$ 4,5 milhões); ajuda de custo (empenho anual de R\$ 850 mil) e auxílio moradia (empenho anual de R\$ 388 mil).

INVESTIMENTOS

Investimentos são despesas orçamentárias com softwares, planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

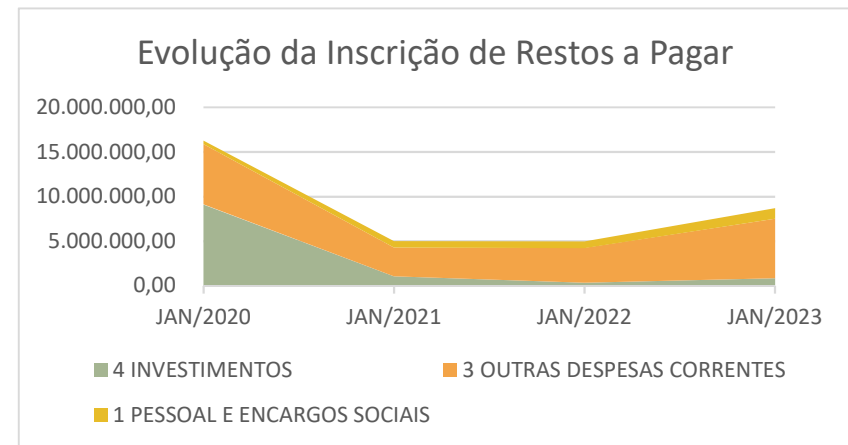
O CNJ empenhou e pagou no elemento “Equipamentos e Materiais Permanentes” que envolve despesas com Mobiliário em Geral, Peças Não Incorporáveis a Imóveis, Coleções e Materiais Bibliográficos e Obras de Arte e Peças para Exposição, empenhou R\$ 1,6 milhões e pagou R\$ 33 mil.

Parte relevante deste orçamento (R\$ 7,9 milhões) consta em “a detalhar” e ainda será alocado durante o exercício.

NOTA IV – Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar (RP) ou resíduos passivos as despesas empenhadas mas não pagas dentro do exercício financeiro. A Lei 4.320/1964 distingue os Restos a Pagar em processados (RPP) e não processados (RPNP).

Na **Inscrição** de Restos a Pagar do CNJ para o exercício de 2023 houve um **aumento de 71%** em relação à inscrição de RP de 2022, esse aumento está associado à inscrição em RP de dois contratos para os serviços de computação em nuvem (Outras despesas correntes). Apesar da variação, é possível verificar, desde 2020, uma significativa redução do valor inscrito, mesmo se compararmos ao exercício de 2023. Isso se deve ao monitoramento constante de execução da despesa a fim de reduzir a inscrição em Restos a Pagar.





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O **total inscrito em RP** em 31.12.2022 no Órgão para execução durante o exercício de 2023, foi **R\$ 8.680.599,24 milhões**: R\$ 8.069.689,66 milhões em RPNP e R\$ 610.909,58 mil em RPP. A execução destes valores até março/23 está da seguinte forma:

RP INSCRITO POR TIPO DE DESPESA



Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 1.155.549,90 dos RP inscritos são para despesa com Pessoal: Destes, R\$ 237 mil foram pagos e R\$ 918 mil estão pendentes de liquidação para pagamento.

Outras Despesas Correntes

R\$ 6.673.079,93 são para Despesas Correntes. Do valor inscrito: R\$ 295,6 mil foram cancelado; R\$ 4,5 milhões foram pagos e R\$ 1,9 milhão estão a pagar.

Investimentos

R\$ 851.969,41 são para despesas com Investimentos: R\$ 830,5 mil foram pagos e restam R\$ 2,3 mil a pagar e R\$ 18,7 mil cancelados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED

Créditos Concedidos

Os créditos concedidos pelo CNJ a outros órgãos somam, até o final do primeiro trimestre de 2023, R\$ 11,3 milhões. É possível verificar que dos valores firmados 7% (R\$ 770,7 mil) aguardam repasse e 88% (10 milhões) já foram repassados e aguardam comprovação da utilização dos recursos. Na tabela a seguir, encontram-se as informações detalhadas.

CONVENENTES	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A REPASSAR	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
UNIV FED PERNAMBUCO	08/08/2020	30/11/2023	1.126.655,43	159.987,74	966.667,69	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	01/01/2022	31/12/2023	1.321.746,20	89.547,08	1.232.199,12	
ENAP	14/09/2022	31/12/2022	472.500,00	141.750,00	330.750,00	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	28/05/2019	27/05/2023	32.669,00	6.934,37	11.106,09	14.628,54
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	20/12/2019	19/12/2023	7.700.000,00		7.700.000,00	
CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	24/11/2021	26/11/2026	300.000,00	207.579,07	92.420,93	
IPEA	21/11/2022	20/06/2024	380.402,00	372.502,00	7.900,00	
TOTAL			11.333.972,63	770.721,19	10.010.293,83	14.628,54

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Secretaria de Telecomunicações - SETEL/MCTI (R\$ 7,7 milhões): implementação da infovia fase 0 – Projeto Piloto – Interligação de alta velocidade via fibra óptica fluvial das cidades de Macapá (AP), Almeirim (PA), Santarém (PA), Alenquer (PA).

Supremo Tribunal Federal – STF (R\$ 1,3 milhão): TED´s firmados com o objetivo de manter a parceria entre o CNJ e o STF na contratação de serviços, aquisição de materiais de consumo, entre outras despesas que mantêm estes órgãos e possibilitam o alcance de suas respectivas missões.

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (R\$ 1,1 milhão): execução de projeto para a criação de laboratório de mineração de processos no judiciário brasileiro e instrumentalização de servidores e magistrados para uso de tecnologias envolvidas nesta área de conhecimento.

Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (R\$ 472 mil): objetiva a destinado à realização de capacitação de servidores públicos do CNJ para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades na área de Web Development, no programa de Coding Bootcamp Enap.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (R\$ 380 mil): Execução de projeto de pesquisa intitulado “O processamento de casos de assédio na Justiça brasileira”.

Conselho da Justiça Federal – CJF (R\$ 300 mil): tem por custear as despesas decorrentes da realização de serviços gráficos de interesse institucional do CNJ



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos Recebidos

Ao final do 1º trimestre de 2023, os valores advindos de outros órgãos (TED's vigentes e/ou a comprovar) somam R\$ 144,6 milhões. Deste total 0,2% (R\$ 140,5 mil) consta a receber; 99,8% (R\$ 144,4 milhões) já foram repassados e restam a comprovar; e os valores comprovados somam R\$ 59,4 mil. Os valores e os status destes créditos podem ser visualizados individualmente na tabela a seguir:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

ÓRGÃO DETENTOR DO ORÇAMENTO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A RECEBER	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	23/10/2018	23/04/2023	20.000.000,00		20.000.000,00	
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	09/11/2018	09/05/2023	35.000.000,00		35.000.000,00	
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	20/12/2018	19/06/2023	35.000.000,00		35.000.000,00	
SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	02/12/2020	01/10/2023	50.000.000,00		50.000.000,00	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	27/08/2018	27/08/2023	100.000,00	42.592,71		57.407,29
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	30/09/2019	30/09/2024	100.000,00	97.960,78		2.039,22
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	04/07/2019	20/12/2021	4.366.438,62		4.366.438,62	
TOTAL			144.566.438,62	140.553,49	144.366.438,62	59.446,51

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (R\$ 90 milhões): trata-se de participação em diversos projetos, sendo 35 milhões para o Projeto Penas Inteligentes - Aperfeiçoamento, interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU; 35 milhões para promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica; e 20 milhões destinados à redução da superlotação e superpopulação carcerária brasileira.

Conselho da Justiça Federal (R\$ 50 milhões): tem por objetivo a execução de ações voltadas à inovação, transformação digital e efetividade na realização da justiça para todos.

Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD - do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (R\$ 4,4 milhões): coordenação do Projeto “Justiça começa na Infância - fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”.

Supremo Tribunal Federal – STF (R\$ 200 mil): prestação de serviços de organização e fornecimento de infraestrutura adequada à realização de eventos institucionais e fornecimento de material de divulgação e identificação visual.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Elaboração	Revisão
<p>Luiza Mendes de Campos <i>Analista Judiciária – Área Administrativa</i></p> <p>Priscila Karla da Silva Wink <i>Analista Judiciária – Área Contabilidade</i></p>	<p>Priscila Karla da Silva Wink Contadora do Conselho Nacional de Justiça CRC nº PE-023202/O Seção de Contabilidade Secretaria de Orçamento e Finanças (61) 2326-5136/5128/5141</p>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

14/04/2023

Resumo contábil de material permanente no período

16:40:09

Ano: 2023 Mês inicial: 1 Mês Final: 3

Lista contábil de material permanente no período (22 registros):

Grupo	Saldo Anterior	Adquirido no período	Alienado no período	Resumo	Saldo
12311.01.01 - Aparelhos de Medição e Orientação	10.316,53	0,00	0,00	0,00	10.316,53
12311.01.02 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	621.557,42	0,00	0,00	0,00	621.557,42
12311.01.03 - Equipamentos/Utensílios Médicos Odont. Lab. e Hosp.	858,00	0,00	0,00	0,00	858,00
12311.01.05 - Equipamentos de Proteção e Socorro	726.417,30	0,00	0,00	0,00	726.417,30
12311.01.07 - Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.118.024,00	0,00	0,00	0,00	1.118.024,00
12311.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	19.900,38	0,00	0,00	0,00	19.900,38
12311.01.09 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	2.116,20	0,00	0,00	0,00	2.116,20
12311.01.18 - Equipamento de Manobra e Patrulhamento	4.442,92	0,00	0,00	0,00	4.442,92
12311.01.21 - Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	6.705,00	0,00	0,00	0,00	6.705,00
12311.01.25 - Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	150.978,96	0,00	100,00	-100,00	150.878,96
12311.02.01 - Equipamentos de Processamento de Dados	37.230.114,60	810.564,00	3.597,20	806.966,80	38.037.081,40
12311.03.01 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	779.029,73	0,00	0,00	0,00	779.029,73

12311.03.02 - Máquinas e Utensílios de Escritório	44.632,62	0,00	0,00	0,00	44.632,62
12311.03.03 - Mobiliário em Geral	4.956.797,84	34.128,85	2.674,84	31.454,01	4.988.251,85
12311.04.02 - Coleções e Materiais Bibliográficos	85.363,98	558,40	0,00	558,40	85.922,38
12311.04.05 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	9.723.592,42	4.249,98	154.064,11	-149.814,13	9.573.778,29
12311.04.06 - Obras de Arte e Peças para Exposição	187.007,91	0,00	0,00	0,00	187.007,91
12311.05.01 - Veículos em Geral	16.507,97	0,00	0,00	0,00	16.507,97
12311.05.03 - Veículos de Tração Mecânica	2.664.164,46	0,00	0,00	0,00	2.664.164,46
12311.99.01 - Bens móveis a alienar	453.042,32	0,00	10,82	-10,82	453.031,50
12311.99.09 - Peças não Incorporáveis a Imóveis	938.617,98	14.200,00	0,00	14.200,00	952.817,98
12411.01.01 - Softwares com Vida Útil Definida	17.317.450,75	0,00	0,00	0,00	17.317.450,75
Totais	77.057.639,29	863.701,23	160.446,97	703.254,26	77.760.893,55